

Brasil: a vertente atlântica da estratégia portuguesa

Ricardo Migueis

O Brasil tem procurado revitalizar e fortalecer o Mercado Comum do Sul desde que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. Faz parte do programa de desenvolvimento do seu governo fortalecer as ligações políticas e económicas regionais do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai mais o Chile e Bolívia como membros associados) com a Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). O objectivo é construir uma união sul-americana que tenha como epicentro a maior economia da região, o Brasil, e assim desenvolver estratégias comuns para negociar como um bloco com os Estados Unidos, a União Europeia e restantes potências ou blocos económicos regionais já existentes ou emergentes. Para isto, o país apostará, entre outros, na transnacionalização das suas empresas e no seu potencial fortemente exportador através de:

1. Diversificação dos mercados alvo com o objectivo de diminuir a dependência do mercado norte-americano, bem como visando diminuir a vulnerabilidade a crises económico-financeiras.
2. Reformas internas (fiscal, previdência e regulamentação das áreas de telecomunicações e energia eléctrica) para continuar a ganhar a confiança dos mercados e atrair investimento estrangeiro.
3. Uma forte aposta na inovação e desenvolvimento tecnológico e na capacitação não só das grandes, mas também das pequenas e médias empresas para contribuírem para o desenvolvimento do espaço económico e social brasileiro (o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico não foi atingido pelos cortes do governo do presidente Lula da Silva, necessários para a manutenção do excedente primário e redução do endividamento do país, contando assim com a totalidade do seu orçamento de 600 milhões de reais para 2003).

Portugal tem neste Brasil uma oportunidade única de ganhar verdadeiro peso como porta de acesso à Europa para as economias latino-americanas, mas não só. Portugal pode ajudar a modernizar e modernizar-se ao ajudar a edificar a ponte entre dois projectos que pretendem contribuir para a mutação das dinâmicas da estrutura financeira internacional, tornando-as mais abertas, mais justas, mais multilaterais. Dois projectos que pretendem crescer com identidade própria, com base na educação, no conhecimento, na inovação, na cooperação para a produtividade e competitividade. A visita de Lula a Portugal simboliza isso mesmo, mas antes, é imprescindível compreender as dinâmicas políticas, sociais, económicas tanto internas como externas que definem os objectivos do actual governo.

Revitalizar a integração regional é parte de uma tentativa de reverter a onda de instabilidade política e social na América Latina. O Brasil, não só a administração Lula, mas a população que nele votou, entende que não pode correr o risco de deixar aprofundar a crise económica em países vizinhos ou deixar proliferar a política populista que, na figura de líderes como Chavez (mas também Lucio Gutierrez no Equador ou Alejandro Toledo no Peru, entre outros), explora as fragilidades provocadas pelo aumento da desigualdade económica e social nas últimas duas décadas, para se encaixar na cadeira do poder.

Muito antes da vaga de discussão sobre anti-americanismo emergente na Europa, já na América Latina o sentimento anti-americano fazia-se sentir na culpabilização da administração americana (fosse ela qual fosse) pelas consequências do *mix* de políticas económicas que iam muito além da tendência ortodoxa pró-mercado,

conhecido como *Washington Consensus*: estagnação do crescimento económico e aumento significativo dos níveis de pobreza e desemprego. Cerca de 214 milhões de pessoas (44% da população latino-americana) são considerados pobres, metade dos quais não ganham o suficiente para satisfazer as necessidades básicas nutricionais. As promessas simbolizadas pelo mercado livre e pelas ditas políticas pró-mercado acabaram não sendo a poção mágica que conduziriam à prosperidade e distribuição de riqueza. Esta última, tanto não chegou a existir nas quantidades que supostamente seriam geradas pelas políticas económicas neoliberais, como estas deixaram a região mais vulnerável às crises financeiras pela imposição de um modelo incompatível com as particularidades sociais, económicas, históricas, culturais da região. A classe média quase desapareceu, engrossando as fileiras de novos-pobres, facilitando o elitismo, o clientelismo e, no caso do Brasil, a proliferação de um fenómeno bem conhecido em Portugal: o "jeitinho brasileiro".

Lula foi então eleito sob uma pesada capa de esperança carregada de simbolismo, responsabilidades e... consequentemente, expectativas. Além da importantíssima tranquilidade da entrega do bastião por parte de Fernando Henrique Cardoso, Lula era sinónimo de justiça social, redistribuição, emprego... as expectativas que tornam a missão mais complicada. No entanto, o actual presidente surpreendeu os mercados, optou pela ortodoxia económica para trazer de novo o país ao top 3 dos emergentes e, com a ajuda dos media, consegue continuar a passar a imagem de um projecto que finalmente assume aquilo que as Nações Unidas, através da CEPAL - Comissão Económica para a América Latina e Caribe, prescrevem desde a década de 80: o desenvolvimento com face humana. O último relatório anual da ONU sobre desenvolvimento humano continua a sintetizar os contrastes da sociedade brasileira com uma já conhecida expressão, "Belíndia", comparando a Bélgica com a Índia. A imagem torna-se muito lúcida quando se analisa os indicadores sociais e económicos com que a ONU mede os progressos de 175 países. Ao mesmo tempo que apresenta melhorias consideráveis na educação, saúde e igualdade racial (embora, particularmente no que respeita à educação, os resultados sejam muito discutíveis), observam-se significativos retrocessos no saneamento básico, acesso à água potável e distribuição de recursos (tanto no que respeita a pessoas físicas como entre regiões). Lula goza de uma lua-de-mel prolongada, muito facilitada pela conjuntura psico-económica interna – a esperança não encontra caminhos alternativos, a descrença na classe política está no auge, o mau desempenho comercial dos últimos dois anos de algumas empresas e a sua acumulada dívida pública têm ajudado a gerar uma conveniente empatia com o governo. Seis meses depois de ser eleito a opinião pública continua favorável e estabilizada em valores muito elevados: 42% continuam a considerar o desempenho de Lula muito bom ou óptimo e 43% regular; 11% consideram péssimo e 4 % não sabe responder (ver www.datafolha.com.br).

O Brasil reúne, neste momento, condições para conseguir o crescimento económico necessário para reduzir os índices de pobreza, efectuar as imprescindíveis reformas fiscal e de segurança social, entre outras, e alcançar a confiança dos mercados para atrair mais investimento directo. Embora os recentes confrontos com os activistas do Movimento dos Sem Terra e do ajuste dos preços do telefone tenha contribuído para criar algum mal-estar, a comunidade financeira internacional parece compreender a curva ascendente da economia brasileira e o risco-país mantém-se cerca de 120% mais baixo que por altura das eleições presidenciais. Existe algum receio que este governo ceda às pressões da banca e do Fundo Monetário Internacional, preocupando-se mais em conseguir o superávit combinado na ânsia de passar uma imagem de credibilidade para o exterior e receber a maior fatia do bolo de 30 milhões de dólares, parte do acordo feito com o FMI ainda em tempos de Fernando Henrique Cardoso para se assegurar que o desrespeito pelo caminho traçado na anterior legislatura significaria declarar moratória. Por outro lado, os *petistas* (apoiantes ou membros do Partido dos Trabalhadores, partido de Lula), argumentam que se observarmos o desempenho recente dos governos PT em

algumas das principais cidades brasileiras, como Porto Alegre ou S. Paulo, facilmente se depreende que a estratégia é, nas palavras do ministro das Finanças António Pallochi, "lançar verde para colher maduro". Assim sendo, ter melhores resultados do que o esperado à custa de um prolongar da recessão nesta primeira fase não é negativo, pelo contrário, os resultados, quando chearem, chegam em força. Talvez... mas o certo é que a economia está a precisar de uma mãozinha para ganhar o fôlego perdido e as alas radicais do partido começam a passar a fase da impaciência, gerando conflitos internos indesejáveis, acelerando o desgaste da era de ouro do presidente perante a opinião pública e os restantes partidos, imprescindíveis para fazer passar na assembleia as cruciais reformas fiscais e da previdência. No Brasil, o eleitorado também tem a memória curta... A triunfal descida do Presidente, acompanhado de uma comitiva de mais cem pessoas, representando todos os estados da república federal para assinar o pré-acordo de reforma é apagada da memória pelas notícias de conflitos partidários internos, como acontece com o ainda indefinido caso de expulsão da não tão radical Heloísa Helena da bancada parlamentar do PT. No entanto, como indicam as sondagens, as expectativas parecem estar ainda controladas e o executivo tem os olhos postos nas reformas que sabe serem inadiáveis. A Ministra Dilma Rousseff (Minas e Energia) parece estar em sintonia com a classe empresarial. Com larga experiência na Secretaria de Estado de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, a actual ministra passou nessa função o período em que o optimismo cedeu aos factos: o rationamento de energia eléctrica. Neste contexto, os problemas verificados nas áreas de telecomunicações e energia eléctrica, sectores com importante papel na atracção de investimentos portugueses, só podem ser resolvidos com uma profunda, rápida e objectiva reformulação dos marcos de regulamentação do sector. A proposta já foi feita.

Para reforçar as perspectivas de crescimento, aumento da produtividade e competitividade, principalmente quando se ambiciona competir sem medo no mercado internacional, como é o caso da indústria e serviços brasileiros, a educação, a formação contínua, o desenvolvimento tecnológico, registo de patentes (campo em que tanto o Brasil como Portugal têm muito caminho a percorrer), acordos entre a empresa e a universidade para desenvolvimento de projectos de investigação específicos, são áreas que formam um programa orgânico, interdependente e crucial. Mais, este tem que ter uma vertente marcadamente internacional. O Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, tem estado particularmente activo na criação de mecanismos que aproximem o Brasil da Europa nesta área. Variados acordos foram assinados com a França, Espanha e Alemanha no sentido de criar grupos científicos e tecnológicos para cooperação em diversas áreas, desde a educação ao sector aeroespacial e comercial. Em Portugal não se está parado: o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), no âmbito do projecto INOVA, Investimentos, Inovação e Mutações Sociais tem dado especial ênfase a esta problemática (ver: www.ieei.pt). É também muito positivo o recente acordo para intercâmbio de estudantes e professores, entre o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e uma das mais inovadoras universidades do mundo, a Universidade de Campinas no estado de S. Paulo. A própria Comissão Europeia tem vindo a estimular as relações com a América Latina e muito em particular, está claro, com a sua maior economia, o Brasil. Estão agora em discussão um conjunto de propostas para a unificação das políticas dos Estados-membros da UE sobre o uso do espectro radio-eléctrico, com o objectivo de conseguir maior poder de negociação e ganhar vantagem competitiva sobre os EUA. Portugal deve tirar vantagem da proximidade cultural e agora económica que tem com o Brasil para dar uma orientação verdadeiramente estratégica à sua vertente atlântica...

O positivo *momentum* para inovar e desenvolver relações privilegiadas com o Brasil que se vive agora é ainda mais forte por causa do desajuste de prioridades entre os países da América do Sul e o "colossal vizinho do norte", os EUA. A administração

Bush, particularmente desde o 11 de setembro de 2001, encara a lista de prioridades sul-americanas de forma radicalmente diferente dos próprios governos da região, que a vêem como exageradamente militarista, pouco flexível e reducionista.